

O ROMANCE E O PENSAMENTO POLÍTICO NOS ANOS 30

Lúcia Lippi Oliveira

1 — INTRODUÇÃO

É extremamente difícil para mim falar da vertente nordestina do romance de 30 para uma platéia que domina o assunto e perante a qual só posso me situar como aprendiz. No entanto, é neste terreno da literatura que tentarei fazer uma incursão, associando-a ao pensamento político do início dos anos 30, tema a que venho dedicando meus estudos. Desenvolverei meu ponto de vista a partir do romance *O país do carnaval*, de Jorge Amado,⁽¹⁾ relacionando-o ao ensaio político *Maquiavel e o Brasil*, de Otávio de Faria, ambos editados em 1931.⁽²⁾ Tomarei o romance como expressão do panorama da vida intelectual e falarei do Brasil pós-30 usando os elementos que a narrativa me fornece. Creio que a ficção consegue, de forma privilegiada, nos colocar em contato com a realidade sócio-cultural do país. Ao apresentar aspectos múltiplos da vida social e sem pretender alcançar a "verdade", a literatura nos fornece uma visão muito rica do real, que supera a de muitos textos "científicos", presos a uma forma predeterminada de racionalização.

O país do carnaval introduz algumas das questões mais relevantes do período, que também estão referidas em textos

1) Jorge Amado. *O país do carnaval, cacau, suor*. São Paulo, Martins, 1944. (1.^a edição, Schmidt, 1931).

2) Octavio de Faria. *Machiavel e o Brasil*. Rio, Civilização Brasileira, 1933. 2.^a edição (1a. edição, Schmidt, 1931).

não-ficcionais. A idéia de uma geração inquieta e sacrificada aparece tanto neste romance quanto, apenas para citarmos um exemplo, no livro de Cândido Motta Filho, *Alberto Torres e o tema da nossa geração*.⁽³⁾ Motta Filho nos fala da geração que herdou a incredulidade, a negação e a artificialidade do laicismo e da pseudocultura científica. Deste cadinho emerge a busca de novos valores, crenças e mitos que possam servir de orientação aos espíritos, oferecendo um rumo, um destino. É neste quadro que ganha sentido a recuperação de Alberto Torres como um intelectual capaz de oferecer um pensamento diretor, uma palavra de ordem. O ensaísta Motta Filho, assim como a maioria dos pensadores do período, propõem, de forma explícita, uma alternativa como a melhor ou a verdadeira, enquanto em Jorge Amado, de *O país do carnaval*, persiste uma posição de dúvida, de busca entre alternativas possíveis.

Neste romance, a elite intelectual, seu autoquestionamento, seu papel e sua posição na sociedade, sua função e nível de participação política estão discutidos através da história do grupo da Bahia, conhecido como a Academia dos Rebeldes. Os temas são os temas de seu tempo. A questão das gerações, a formação de grupos, a dúvida, a crise do indivíduo e sua relação com a crise do Brasil, a conversão para uma posição espiritualista de tipo não-engajado ou para uma mobilização participante no movimento católico, integralista ou comunista são os impasses vivenciados pelos intelectuais do romance e pelos membros da elite letrada do pós-30. Podemos citar, a título de exemplo, a conversão de Alceu Amoroso Lima. Em 1928, o crítico literário escreve uma famosa carta a Sérgio Buarque de Holanda, denominando-a "Adeus à disponibilidade",⁽⁴⁾ onde apresenta as razões de sua adesão ao catolicismo, mostrando que, ao optar pela verdade, contraria a mentalidade de seu tempo, caracterizado pelo excesso de liberdade, de ceticismo e de autodivinização. A ruptura com a disponibilidade, isto é, com o não-compromisso, significava a ruptura com uma atitude partilhada por muitos intelectuais desta época.

Desde os anos 30, as análises sobre o romance brasileiro da época⁽⁵⁾ distinguem o romance subjetivo do objetivo ou sociológico. No primeiro estaríamos diante da produção literária baseada no que é ontológico ao ser humano. Aqui a cons-

3) Cândido Motta Filho. *Alberto Torres e o tema da nossa geração*. Rio de Janeiro, Schmidt, s.d. / prefácio de 1931/.

4) Tristão de Athayde. "Adeus à disponibilidade" em *A Ordem*, v. 8, n.º 1, dezembro de 1928 (nova fase). p. 54-9.

5) F.M. Rodrigues Alves Filho. *O sociologismo e a imaginação no romance brasileiro*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

trução ficcional seria elaborada a partir da análise interior, dos traços psicológicos do indivíduo. O romance de natureza psicológica e existencial teria como seus representantes Cornélio Pena, Ciro dos Anjos, Lúcio Cardoso, Otávio de Faria. Todavia, o tom dominante no pós-30 seria dado pelo chamado romance social.

Esta distinção pressupõe a existência de projetos ideológicos distintos por parte dos autores. Entretanto, se alguns deles estão mais próximos de uma "direita", outros mais afinados com uma posição de "esquerda", a opção ideológica do autor não se reflete necessariamente no tipo de romance por ele produzido. José Lins do Rego, certamente um dos mais importantes representantes do romance social, não está comprometido com uma visão ideológica de "esquerda". Sua perspectiva regionalista inspira-se em Gilberto Freire e no Movimento Regionalista do Nordeste.⁽⁶⁾ Entretanto, esse mesmo autor, em *Moleque Ricardo* (1935), é capaz de descrever a experiência do operário assalariado e politicamente participante que adere ao comunismo e acaba preso. O que quero ressaltar é que se há — e há — relação entre a posição ideológica e a produção literária de um autor, esta relação não é direta, mas mediada.

O chamado romance social apresenta como traços característicos o depoimento, a fotografia da realidade, traços distintos dos que são apontados como característicos da literatura "moderna". Se tomarmos a arte "moderna" segundo os critérios apontados por José Guilherme Merquior (ethos lúdico, tendência à figuração mítica e predomínio da figuração alegórica),⁽⁷⁾ ficamos certamente em dúvida quanto a qualificar o romance social de literatura moderna. Como não sou especialista nesta questão, limito-me a fazer uso da interpretação de José Maurício Gomes de Almeida, de que a temática e a técnica do romance dos anos 30 em sua vertente nordestina (representada por figuras como José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos) retoma a tradição realista do século XIX, tendo poucos laços com o experimentalismo dos anos 20.⁽⁸⁾

As características do romance social nos remetem à aproximação entre literatura e sociologia. A elite intelectual da época apresenta, como preocupação fundamental, o conheci-

6) José Aderaldo Castelo. *José Lins do Rego: modernismo e regionalismo*. São Paulo, EDART, 1961.

7) José Guilherme Merquior. "O modernismo brasileiro (esquema)" em *O fantasma romântico e outros ensaios*. Petrópolis, Vozes, 1980.

8) José Maurício Gomes de Almeida. *A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945)*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1981, p. 176.

mento da realidade, a busca do "Brasil real". A sociologia é tida como instrumento capaz de oferecer o retrato da realidade. O pensamento político aponta para a falta de contato entre as elites e a realidade, e denuncia a cópia de modelos estrangeiros como sintomas da crise brasileira. Semeia, ainda, a crença de que as elites podem, através de treinamento especializado, adquirir o conhecimento necessário para romper o círculo de estagnação a que vem sendo equivocadamente condenado o Brasil. Ressurge a sociologia como ciência capaz de orientar os indivíduos e grupos no caminho da salvação nacional.⁽⁹⁾

Desejo assinalar como os padrões que a crítica literária, à época utiliza para avaliar o romance social se coadunam com as representações propostas pela intelectualidade sobre o que é necessário à sociedade brasileira. A motivação principal era a possibilidade de conhecer a realidade e apropriar-se de meios científicos para agir sobre ela. E certamente a literatura documentário teve seu papel neste processo. Sem discutir os padrões de avaliação literária do romance, minha suposição é de que as categorias do pensamento de uma época influem nos autores, nas análises dos críticos literários e na própria receptividade do público frente ao produto artístico.

2. O PAÍS DO CARNAVAL

Vou usar o romance *O país do carnaval*, escrito por Jorge Amado aos 19 anos, como ponto de partida para a reflexão sobre o dilema da intelectualidade brasileira no pós-30. Pretendo falar do Brasil sem considerar como ficção a narrativa do livro, mas tomando os personagens como representativos do momento brasileiro. A sugestão para o presente texto surgiu da leitura do livro de Alfredo Wagner Berno de Almeida.⁽¹⁰⁾ Embora seguindo as trilhas da análise apresentada por esse autor, vou explorar mais o próprio conteúdo do texto, e apenas mencionar alguns dados sobre o contexto no qual ele apareceu e se inseriu.

O primeiro aspecto do romance que gostaria de ressaltar é a existência de uma crítica à política e aos políticos.

9) Lucia Lippi Oliveira et alii. "Introdução" em *Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada*. Rio de Janeiro, FGV/INL, 1980.

10) Alfredo Wagner Berno de Almeida. *Jorge Amado: política e literatura*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

- "Cada dia mais gordo. Enriquece, o canalha...
— Inteligente.
— Mas analfabeto está ali.
— Acabará governador do Estado!
— Se acaba." (p. 79)

Passa pela narrativa uma avaliação dos políticos como "Imbecis e gordos" (p. 13), desperdiçando sua retórica na idéia de ser o Brasil "o país de mais futuro do mundo" (p. 14). Contra esse ufanismo superficial e de fachada já se tinham levantado inúmeras vozes (Euclides da Cunha, Alberto Torres, Monteiro Lobato, Paulo Prado, entre outros).

Contrastando com o analfabetismo dos políticos, o romance evidencia a inteligência de outras figuras, retratadas no próprio grupo descrito. Pedro Ticiano, por exemplo, mentor do grupo, realiza uma campanha pró-inteligência na Bahia, terra em que todo o mundo — o bacharel, o médico, o juiz — passa por intelectual. Também a crítica ao bacharelismo é um tema absolutamente presente nos ensaios da época. O bacharel aparece como aquele que, pela obtenção do diploma, supõe pertencer a um casta superior à qual está destinada a direção do país. Os cursos de direito constituem a base, não de uma carreira profissional, mas de uma carreira política.¹¹⁾ A formação inadequada dos advogados e seus laços com a política oligárquica da República Velha fundamentam as acusações contra o bacharelismo em todas as suas vertentes. No caso, Jorge Amado está distinguindo o bacharel do intelectual. Parece-me que essa categoria estaria limitada àqueles que, tendo uma formação superior, voltam-se para pensar sobre sua própria posição, na tentativa de definir uma proposta, um destino para o país.

Os personagens que o autor vai apresentando se integram "no espírito de seriedade da geração que aparecia" (p. 29). Esta seriedade implicava o desejo de realizar algo útil a eles e ao Brasil. Paulo Rigger e José Lopes são personagens que têm em comum o fato de não estarem satisfeitos com suas vidas. Vivem a dúvida e sofrem a inquietação de sua época. Precisam de algo superior que lhes dê sentido à existência. Cada um deles tenta um caminho — o amor, a filosofia, a religião — e acaba entrando em choque com o mentor do grupo, que defende a dúvida como única atitude aceitável. Para este,

11) Tobias Monteiro. **Funcionários e doutores**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1917. Ver também Gilberto Amado, "As instituições políticas e o meio social no Brasil" em A. Carneiro Leão et alii, **A margem da história da República**, Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1924.

“a felicidade pertence somente aos burros e aos cretinos. Felizmente nós somos infelizes” (p. 45).

O confronto de perspectivas e gerações pode ser percebido neste diálogo entre Pedro Ticiano e José Lopes:

— O espiritualista não conhece o espírito e o materialista não conhece a matéria. A atitude da dúvida é a única atitude. Você vê toda a confusão moderna. Pois eu, cético, me envolvo nela, sinto-a, mas, entretanto, ela não me vence.

— Mas você não se sente inquieto? Não sente a falta de alguma coisa?

— Sinto-me inquieto. Sinto a dúvida. Mas, ao contrário de vocês, eu não procuro solução para esta inquietação e para a dúvida. (...)

— Isso tudo já é velho, Ticiano. A sua geração endeusou a dúvida. A minha, o combate.

— O que não quer dizer senão que a minha geração foi muito superior à de vocês.

— O caso das nossas gerações é o mesmo que o da literatura de antes e de depois da Guerra... Uma, literatura de frases; a outra, literatura de idéias.”

O Brasil e a revolução (de 1930) são também objeto das conversas do grupo. Paulo Rigger não acredita que a revolução melhore o Brasil. Entretanto, considera que o país não pode ficar pior do que já está. Diante do dilema político da época — fascismo ou comunismo — Ricardo Braz (outro membro do grupo) faz sua profissão de fé:

— “Eu não sou nem por um nem por outro. O Brasil não deve importar sistemas políticos. Nós até hoje temos importado tudo. Até uma Constituição. Demos-nos bem com ela? Nós precisamos é nacionalizar tudo. Desde os sistemas de governo até as prostitutas (p. 50).

Paulo Rigger é caracterizado como um “tipo cerebral” que, “tendo perdido há muito o sentido de Deus e não tendo achado o sentido de Pátria” (p. 16), ficara numa posição de insatisfação frente a si próprio e ao mundo. “Perdera apenas o ceticismo que trouxera da França e ficara um inquieto... E, demais, nunca se identificara com o seu povo” (p. 88). Esta crítica sobre a importação de sistemas de pensamento aparece também de forma explícita em *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado: “Um vício

nacional, porém, impera: o vício da imitação (...). Imitação quer dizer importação. Nesta terra, em que quase tudo dá, importamos tudo: das modas de Paris — idéias e vestidos — ao cabo de vassoura e ao palito".(12)

A dificuldade de Paulo Rigger se identificar com o povo merece algumas considerações ao longo do romance: "A natureza faz um enorme mal ao Brasil. O homem daqui parece preguiçoso, indolente..." (p. 19). No momento em que o personagem consegue essa identificação, é da seguinte forma que ele o faz: "Só me senti brasileiro duas vezes. Uma no Carnaval, quando sambei na rua. Outra, quando surrei Julie, depois que ela me traiu" (p. 50).(13)

Para o personagem, o fato de sua identidade de brasileiro estar vinculada à margem do carnaval, desperta-lhe sentimentos ambíguos: "País do Carnaval! País do Carnaval! Eu, se fosse Presidente ou Ditador, decretaria um carnaval de 365 dias... Adorar-me-iam..." (p. 76). Se, em certas passagens o brincar o carnaval é aceito como identificação do "ser" brasileiro, em outras esta mesma identificação é indesejada, já que o carnaval é o não-trabalho, a malandragem, coisa pouco séria que não atende à necessidade de algo superior. Quando os personagens querem dizer que este não é um país sério, recorrem à figura do carnaval.

A condenação de uma ética da malandragem se encontra subjacente ao texto, embora, como nos lembre Alfredo Wagner, haja uma recuperação positiva da "boemia artística". É preciso lembrar que a condenação à malandragem e a construção de uma ética do trabalho é um dos assuntos mais seriamente abordados durante o Estado Novo, presente constantemente nas páginas da revista *Cultura Política*.

Como a preocupação do grupo é fazer coisa séria, útil, comecem a surgir alguns caminhos, ainda que incertos, nos quais há inúmeros obstáculos. José Lopes publica um livro que fica nas livrarias, já que "ninguém compreendeu o grito de desespero que havia naquele livro. Os católicos achavam que o livro atacava a religião. Os materialistas diziam que os heróis do livro marchavam para o catolicismo. Os inimigos de José Lopes espalharam que o livro era comunista" (p. 84). (Estaria aqui o autor antecipando às repercussões do seu livro?).

É este mesmo personagem que chega à serenidade através da filosofia, e se define como materialista, comunista. "Em

12) Paulo Prado. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo, Duprat-Mayença, 1928, 2.^a edição, p. 206.

13) Roberto da Matta. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 69-74.

vez de crer em Deus, creio na Humanidade. Quero a sua Felicidade" (p. 114).

Nos diálogos entre Paulo Rigger e José Lopes vislumbra-se ainda outra saída:

"A religião é ridícula. Entretanto, eu sinto uma necessidade enorme de crer.

— E por que não se converte?

— Eu não me converterei. Talvez chegue à religião. Se chegar, muito bem...

— Você chegará a tomista...

— Sim, encontrarei as bases da religião.

— Eu acho (...) que só as coisas naturais satisfazem. Só o instinto pode nos levar à religião. A religião não pode ser explicada, tem que ser sentida" (p. 84).

No final do romance, quando Paulo Rigger toma o navio de volta à Paris, Jorge Amado descreve os sentimentos de seu personagem da seguinte forma:

"Paulo Rigger, nervoso, lábios apertados olhou. No Corcovado, Cristo, braços abertos, parecia abençoar a cidade pagã. Tornou-se maior a tristeza nos olhos de Paulo Rigger. Levantou os braços num gesto de supremo desespero e murmurou, fitando a imagem gigantesca:

— Senhor, eu quero ser bom! Senhor, eu quero ser sereno... Lá longe, desaparecia lentamente o País do Carnaval!" (p. 118).

Os pontos que estou ressaltando no romance são os mesmos que Jorge Amado destaca numa "explicação", datada de dezembro de 1930, que antecede a narrativa. O autor apresenta os temas de seu tempo: a existência de uma geração insatisfeita, que clama por uma saída; esta geração é composta por homens céticos, mas que abandonam esta posição ao procurarem uma finalidade superior para suas vidas; o sentido para a vida deve ser encontrado em um "cenário triste: o Brasil. Natureza grandiosa que faz o homem de uma pequenez clássica"; a procura do sentido da existência passa por diferentes caminhos, alternativos de cada indivíduo e do Brasil da época "Nem comunista, nem fascista. Nem materialista, nem espiritualista".

A problemática dos personagens do romance coincide com a de outros intelectuais, como os pensadores que se exprimem através da revista católica *A Ordem*. Para estes, a reestruturação do homem e da sociedade deve buscar o caminho da reforma moral — uma espécie de conversão, de encontro de significado superior para a vida. Este grupo tem um projeto intelectual em que a conversão espiritual tem peso relevante. Sua proposta é a de uma revolução espiritual realizada através de ações concretas, objetivas. Esta coincidência entre a temática do romancista e dos pensadores católicos existe, independente das intensões e das transformações ideológicas posteriores do autor. Pedro Dantas (Prudente de Moraes Neto) na "Crônica Literária" de *A Ordem* comenta que *O país do carnaval* deixa transparecer a intensa busca existencial em que se encontra o autor. O romance para ele, entretanto, consegue apenas oferecer uma caricatura razoável da vida brasileira.⁽¹⁴⁾

As respostas apresentadas pelos personagens de *O país do carnaval* para o dilema em que se debatiam os indivíduos e a nação, correspondem àquelas que vários outros grupos de intelectuais propõem. Entre esses grupos, destaco o de estudantes de advocacia que funda o CAJU (Centro de Estudos Jurídicos e Sociais) e do qual fazem parte San Tiago Dantas, Antônio Galotti, Gilson Amado, Vicente Chermont de Miranda, Américo Jacobina Lacombe, Hélio Viana, Thiers Martins Moreira, Plínio Doyle, Antônio Balbino, Vinicius de Moraes, José Artur Frota Moreira, Álvaro Penafiel, Almir de Andrade e Otávio de Faria.⁽¹⁵⁾

O conteúdo do romance se coaduna com as proposições do grupo no qual Jorge Amado se insere quando de sua vinda para o Rio de Janeiro. Vivenciando o importante momento do pós-30 do Rio, o romancista participa dos debates político-ideológicos travados pelo grupo de intelectuais do CAJU, grupo que por sua vez se liga ao Centro Dom Vital (Otávio de Faria, San Tiago Dantas, Hélio Viana escrevem artigos nas páginas de *A Ordem*). Como os lembra Alfredo Wagner, Jorge Amado entra em contato com o CAJU, através de seu primo, Gilson Amado, irmão de Gilberto Amado, já à época pensador e político consagrado.

Importa salientar que não é um grupo qualquer que recebe Jorge Amado. Seus membros, ainda que jovens, estão ligados a figuras já consagradas da intelectualidade carioca e vincu-

14) *A Ordem*, v. 12, n.º 28, junho, 1932.

15) Maria Tereza Aina Sadek. *Machiavel, Machiavéis: a tragédia octaviana*. São Paulo, Símbolo, 1979, p. 195.

lados ao grupo de pensadores católicos. É neste grupo que Jorge Amado entre em contato com Otávio de Faria, cunhado de Afrânio Peixoto e de Alceu Amoroso Lima, e que se torna intermediário entre o autor e o editor, Augusto Frederico Schmidt. Augusto Frederico, que compartilha com Alceu a influência de Jackson de Figueiredo, ao apresentar ao público o novo autor, relaciona-o a Otávio de Faria: ambos seriam membros de uma geração revoltada. O editor fala de *O país do carnaval* como "forte documentário", como depoimento de uma sociedade e de uma civilização.⁽¹⁶⁾

Para que se tenha uma idéia da importância deste editor, basta citar os títulos que a Schmidt Editora lança neste período: Otávio de Faria, *Maquiavel e o Brasil*; Jorge Amado, *O país do carnaval*; Marques Rabelo, *Oscarina*; Raquel de Queirós, *João Miguel*; Graciliano Ramos, *Caetés*; Amando Fontes, *Os corumbas*; Gilberto Freire, *Casa grande e senzala*; Leonel Franca, *Ensino religioso e ensino leigo*; Virgílio de Melo Franco, *Outubro de 1930*.⁽¹⁷⁾

É ainda a Schmidt editora que produzirá a famosa "Coleção Azul", que de 1932 a 1933 publica os famosos textos: Martins de Almeida, *Brasil errado*; A. A. de Melo Franco, *Introdução à realidade brasileira*; Virgínio Santa Rosa, *O sentido do tenentismo*; Alcindo Sodrê, *A gênese da desordem*; Plínio Salgado, *Psicologia da Revolução*.⁽¹⁸⁾

3. MAQUIAVEL E O BRASIL

Pode parecer estranha a associação que venho tentando fazer entre *O país do carnaval* e *Maquiavel e o Brasil*. É claro que as duas obras pertencem a gêneros distintos. Entretanto, ambas partilham das mesmas preocupações que marcam o campo intelectual da época.

O que permite a Otávio de Faria associar o pensamento de Maquiavel à situação brasileira do pós-30 é a crença de que a grandeza deste autor está associada à sua admirável capacidade de observação, favorecida pelo "momento histórico excepcional em que viveu" (p. 31). Maquiavel testemunhou uma época em que as nações corriam perigo de vida, de aniquilamento. "E de fato, acontece que estamos em situação muito semelhante a do renascimento italiano", estamos na mesma

16) Alfredo Wagner Berno de Almeida, op. cit.

17) Ibid, p. 65.

18) Contracapa de Octavio de Faria, op. cit.

"anarquia moral e a nossa desordem, se não é genuinamente política, é nitidamente social" (p. 110).

Convém deixar de lado tanto a visão que Otávio de Faria apresenta sobre o pensamento político de Maquiavel — visto como historiador e psicólogo, como o teórico do relacionamento entre *fortuna* e *virtu* — quanto sua discussão sobre a figura de Mussolini. Estes temas são da mais alta relevância, mas suscitariam o debate de questões de filosofia e ciência política, fugindo à proposta comparativa deste texto. Estas questões estão tratadas de forma abrangente no livro de Maria Tereza Aina Sadek, *Machiavel, Machiavéis: a tragédia octaviana*.¹⁹⁾

Quero deter-me na segunda parte do livro, intitulada "O caso brasileiro". Aqui, Otávio de Faria introduz sua visão da realidade brasileira, valendo-se do pensamento de outro autor: "Dos agrupamentos humanos de mediana importância, afirma Paulo Prado, o nosso país é talvez o mais atrasado" (p. 143). E Otávio de Faria critica o fato de que se permaneça a falar das nossas riquezas, da beleza natural. Afirma que essas ilusões já foram combatidas por figuras como Euclides da Cunha, Oliveira Viana e Plínio Salgado. "Confessemos, a nossa natureza — essa de todos os hinos e poetas românticos — foi bem mais madrastra que mãe" (p. 145).

O passado histórico, Otávio de Faria interpreta como lastimável e desastroso: "São três séculos de inação, de preguiça, de submissão ao clima" (p. 148). O imprevisto, o acaso seriam o traço de nossa história, salvando-se apenas o Império, "único período que merece admiração" (p. 150). A seu ver, a República Nova sofriria a ausência de homens capazes de abandonar um grande e velho vício: "Porque (...) até hoje nada fizemos senão imitar o estrangeiro" (p. 152). "Consciente ou inconscientemente, sempre olhamos para fora, procurando longe, em outros países, a solução para o nosso caso" (p. 153). Em face da discussão a cerca de o país imitar o comunismo ou o fascismo, ele reage: "E o Brasil prossegue, a "macaquear" o mundo, sempre com alguns anos de atraso" (p. 154).

Suponho que com as aspas no macaquear, Otávio de Faria está fazendo referência ao poema de Manuel Bandeira, "Evocação do Recife", suficientemente conhecido e difundido entre autores e leitores da época. Tal poema, escrito em 1925, sob inspiração de Gilberto Freire e incluído no livro *Libertinagem*

19) Sobre estes aspectos da obra, ver Maria Tereza Aina Sadek, op. cit., p. 115-29.

(1930), aborda exatamente o mesmo fenômeno: "Ao passo que nós / O que fazemos / É macaquear / A sintaxe lusíada".⁽²⁰⁾

Jorge Amado, que através de um personagem pede que a nacionalização se estenda dos sistemas de governo às prostitutas, Manuel Bandeira, Paulo Prado e Otávio de Faria estão condenando um mesmo aspecto da elite intelectual brasileira.

O diagnóstico do Brasil que este último nos apresenta está sintetizado em seu parágrafo:

"Falência moral na história e no presente, falência econômica, do descobrimento aos dias que vivemos, falência social no passado como tudo indica que seja no futuro, falência étnica de uma raça que não parece querer surgir, falência artística que as exceções em vão procuram atenuar, falência de tudo, o Brasil caminha para o futuro à espera de melhores dias."

Atestando essa falência moral, Otávio de Faria aponta o voto de cabresto, os vícios do processo eleitoral, a desonestidade do homem público. Este seria caracterizado pela "transigência forçosa, inevitável, único meio geralmente de obter qualquer coisa de importância — e estamos diante de uma das realidades que avassalam de norte a sul o atual mundo político brasileiro" (p. 163).

Ao abordar a Revolução de 30, o autor se mostra cético diante das possibilidades de o novo regime conseguir sanear moralmente o Brasil. Para ele, o grande risco que o país corre é o perigo de uma revolução comunista. Nesse sentido, aponta para a insensatez dos "intelectuais que vão pouco a pouco bandeando, esses homens de responsabilidade que já se sentem dispostos a aderir, todos esses 'inquietos' que aceitam 'experimentar' (...) o 'terror' espalhado pelo país todo" (p. 192).

Diante desta triste possibilidade, Otávio de Faria vê a necessidade de acordar Maquiavel e voltar atrás para procurar as virtudes básicas da nacionalidade. Entre as "coisas brasileiras", o autor menciona duas: o modernismo e o carnaval. Para ele, o modernismo, longe de ser uma busca do brasileiro, "foi muito antes uma fuga" (p. 196). O Brasil não teria sido aceito como era. Daí a intenção de se construir outro, que não correspondia à realidade. Ele via, enfim, o modernismo como

20) Manuel Bandeira. "Evocação do Recife" em **Manuel Bandeira, poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro, Aguilar, 1974, p. 213.

outro movimento importado, que havia abandonado a trilha de Machado de Assis ou a de Euclides da Cunha. "Mas, qual seja o *caminho* para o abasileiramento, quais os elementos a conservar em toda essa feira de objetos estrangeiros, que direção *única* seguir, creio que ninguém ainda o sabe de modo seguro" (p. 269).

O carnaval, que o autor considera manifestação legitimamente nacional em sua forma e intensidade, aparece também "como uma fuga diante de si mesmo, uma busca desesperada de mudar de *eu*" (p. 198). Esta festa permitiria que os indivíduos despersonalizados, livres de qualquer culpa, pudessem fugir de si mesmos e se entregar a uma falsa libertação. Se o modernismo não fora algo nitidamente nacional, o carnaval, embora o fosse, não podia deixar "de ser um erro e um caminho de decadência (p. 200).

A geração nova teria por obrigação enfrentar a luta, afastar "esse medo que temos de tudo o que de longe ou de perto lembra privação ou dor" (p. 202). Era preciso ter a coragem de assumir as responsabilidades. E a meta que Otávio de Faria propõe é a reforma do homem. "É o homem que é preciso atacar e cercar, dominar e corrigir, orientar, vigiar, para que depois o homem no Brasil possa ser honesto diante do Estado, útil à sociedade, capaz na sua vida de família, forte diante de si mesmo" (p. 211). Segundo o autor, todos esses princípios pertencem ao universo orientador da Igreja Católica.

As gerações anteriores teria faltado a consciência de si mesmas, da gravidade diante da vida e da "responsabilidade superior que só o recolhimento constante sobre si mesmo dá" (p. 213).

"Para nós, geração que surge (...) convencida da necessidade de um 'sacrifício' (...) todo otimismo sistemático em relação ao Brasil que vimos parece não só absurdo como até, sob um certo ponto de vista, criminoso" (p. 214-5).

Para o autor, a nova geração não duvida de si própria e nega o ceticismo; sofre e busca um ideal, uma salvação. Os homens esclarecidos deveriam trabalhar para orientar melhor as futuras gerações.

"Isto é: procurar criar uma grande elite de cultura e ciência, capaz de ir aos poucos dominando de tal modo que a influência sobre a grande massa irá cada vez se tornando mais fácil. Civilizar por cima" (p. 270).

"No Brasil em especial, só a revolução interior, só a renúncia a todas essas 'facilidades' que a vida oferece (...) só a volta a certos princípios de moral de que não é possível se apartar (...) só assim, parece-me, a nação poderá um dia sorrir, só então os que a compõem poderão ser otimistas" (p. 223).

Embora Otávio de Faria esteja vivendo a procura de um ideal de salvação para si próprio enquanto membro de uma nova geração — e, neste sentido, uma situação similar à enfrentada pelos personagens do romance de Jorge Amado —, ele sugere um escopo de alternativas menor do que o do romancista. A proposta de Otávio de Faria oscila. De um lado, é a ação política desenvolvida pelo homem excepcional — aquele que, possuindo a *virtu*, é capaz de dominar a *fortuna* (o acaso) e salvar a sociedade da desordem. Do outro, é a ação de uma elite político-cultural capaz de "civilizar por cima" e que corresponde ao movimento de recatolização das elites desenvolvido pelos movimentos de Igreja nos anos 30 e que vai culminar, em 1941, com a criação da Pontifícia Universidade Católica.⁽²¹⁾

No prefácio deste seu livro de estréia, Otávio de Faria pede aos amigos que leiam a obra interpretando todas as dúvidas do melhor modo possível. Seu livro pretenderia "deixar dúvidas no crítico se a orientação do autor é socialista ou não, liberal ou antiliberal, materialista ou espiritualista" (p. 23). A meu ver, entretanto, se restou dúvidas quanto à proposta preferida pelo autor, estas não se enquadram nas dicotomias por ele mesmo apresentadas. Em *Maquiavel e o Brasil*, Otávio de Faria é um anti-socialista, um antiliberal e um espiritualista.

O impacto desta obra no meio intelectual foi grande. Agripino Grieco, Hélio Viana, Azevedo Amaral, Tristão de Ataíde, entre outros, produziram artigos comentando, elogiando e discordando de aspectos do livro. No *Boletim de Ariel*, Jorge Amado comenta tanto esta obra quanto *Destino do socialismo*, aparecido em 1933. Neste artigo, ele marca sua distância em relação a Otávio de Faria, dizendo ser daqueles que acredita na vitória da revolução, na reconstrução do velho mundo pelo proletariado. Mesmo assim, elogia a coragem do autor, seu caráter combativo, sua bela lição à mocidade brasileira. Negando a Otávio de Faria a condição de fascista, diz que o sente ainda sem caminho, inimigo e admirador da ordem, meio

21) Tania Salen. *Do Centro D. Vital à PUC*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1979, mimeo.

anarquista, "fazendo oposição à oposição, sem aceitar nada, procurando talvez libertar-se de si próprio"... (22)

O romancista Otávio de Faria, certamente, guarda relações com o ensaísta político do início dos anos 30. Seus textos de ficção vão abordar e denunciar o "espírito burguês" e discutir a possibilidade de salvação individual num mundo marcado pela tragédia.

4 — CONCLUSÃO

Ao fazer uma associação entre os temas de Jorge Amado, de Otávio de Faria e mesmo de Paulo Prado, de Cândido Mota Filho, de Manuel Bandeira, quero ressaltar a importância do debate intelectual de uma época sobre a obra desses autores. É óbvio que cada um deles se insere de forma peculiar, mais ou menos brilhante, neste campo intelectual que coloca as representações sobre as quais os autores se posicionam. E os campos intelectual e político são profundamente imbricados, possibilitando que a vida social seja retratada de forma extremamente rica na literatura de uma época.

Os anos 30 são, sobremaneira, fecundos. Abrem amplas possibilidades para o debate de idéias e propostas, assim como permitem a implementação de experiência político-sociais inéditas na vida brasileira. Nas palavras de Alberto Venâncio Filho, o "ano de 1930 pusera, realmente, em evidência um dos momentos maquiavelianos de nossa história, em que as transformações políticas do país eram acompanhadas de mudanças nas estruturas econômicas e sociais". Neste sentido, "o livro de Otávio Faria estava nitidamente vinculado ao momento histórico de sua publicação, correspondendo à perplexidade que apresentavam todas as gerações brasileiras, mas especialmente as mais jovens, em relação às perspectivas do momento político". (23)

As diferentes propostas políticas da década acabaram por desaguar na experiência do Estado-Novo. Para apresentar algumas indicações de como literatura e política se integraram nas representações ideológicas dos pensadores que participaram da formulação da nova ordem, lançarei mão do texto de Rosário Fusco, *Política e letras*, editado em 1940, pela José Olímpio.

22) Jorge Amado. "Dois ensaístas" em *Boletim de Ariel*, ano II, n.º 9, junho, 1933, p. 225.

23) Alberto Venâncio Filho. "Notas sobre Maquiavel e o Brasil" em *Maquiavel*, um seminário na Universidade de Brasília. Brasília, UnB, 1981. p. 46 e p. 53.

Justifico tal escolha. Rosário Fusco, importante figura do grupo modernista e da revista *Verde*, de Cataguazes, em 1928, foi braço direito de Almir de Andrade na direção da revista *Cultura Política*, publicação oficial do governo. O livro que menciono traz como subtítulo "síntese das atividades literárias brasileiras no decênio 1930-1940".

O primeiro traço da análise de Rosário Fusco é a associação entre o movimento político e o literário. Para ele, a Revolução de Outubro havia sido antecipada, fomentada e indicada pela revolução literária. Os escritores, pelo dom que possuem de penetrar mais intimamente na alma de seu povo, haviam proclamado a necessidade da revolução. A seu ver, o modernismo seria caracterizado por duas fases: a primeira, denominada "modernismo intencional", teria alcançado um momento de relativa trégua nas proximidades de 1930; a segunda encontraria em *A bagaceira*, de José Américo de Almeida, seu marco inicial. Entretanto, somente depois de 1930 é que o romance se teria alastrado e popularizado. "O neorealismo de nossos dias vem do norte, como o naturalismo de ontem" (p. 144).

Rosário Fusco divide o romance brasileiro pós-modernista, fazendo ressalvas à precariedade da classificação, em romance objetivo (norte) e subjetivo (sul). O espírito do romance seria marcado por sua região de procedência. Citando Franklin Távora, o autor nos diz: "As letras têm, como a política, um certo caráter geográfico (...). Norte e Sul são irmãos, mas são dois" (p. 148).

No pós-30, "sociólogos e romancistas passam a valorizar o *documento*, contrapondo-o à imaginação pura e simples" (p. 78). O autor justifica essa assertiva argumentando que, em épocas de problemas político-sociais, a sociologia e a política passam a ser elementos inspiradores dos artistas. A característica deste novo romance seria o rejuvenescimento que reside em não temer o passado. Daí o redescobrimto de nossos antigos valores, esta volta às fontes tradicionais da formação espiritual do povo brasileiro.

"Se a história (...) é um balanço das realizações dos homens, através das culturas, a história literária é a vida mesma das idéias, através das gerações" (p. 111).

Neste sentido, as letras de um tempo refletiriam a sociedade e tenderiam a caminhar paralelamente aos acontecimentos políticos. O autor prossegue em seu pensamento:

"A ordem estética, em síntese, decorre da ordem social, como esta decorre da política" (p. 118).

"Nossas letras progrediram, neste decênio, porque houve uma permissão social para o seu progresso, feita em nome da política" (p. 203).

Haveria uma coincidência entre a nova política ditada pelo Estado brasileiro e uma nova fase nas letras. O crescimento e o progresso da literatura, dos ensaios, poderiam ser atestados pelo espaço que os grandes jornais passavam a abrir para seções de crítica literária, indicando a existência de novos livros a serem criticados. De outro lado, as realizações diretas do presidente (criação do Instituto Nacional do Livro, regulamentação profissional da imprensa, criação do Serviço de Patrimônio Histórico Nacional, do Serviço Nacional do Teatro, da Universidade do Brasil, entre outros) mostrariam o quanto governos patrióticos prestigiam as manifestações intelectuais.

Para Rosário Fusco, a política, como a literatura, recupera a tradição, integrando passado e presente. Nossas letras universalizam-se, saem do regional. "Ou, por intermédio dele, 'aspiram' o universal" (p. 207). Estaríamos pensando o universo através do Brasil. Diante da Europa dilacerada, dividida entre homens e princípios, "o futuro da cultura nos pertence, como pertence ao homem americano a guarda da paz, da ordem e a manutenção do Espírito, no mundo" (p. 208).

Este texto pode ser tomado como exemplo da síntese política-literatura que o Estado-Novo buscou construir, incorporando pensamentos e pensadores oriundos dos diferentes matizes. Não há escolha de um tipo de romance como sendo "oficial". Não há o realismo estado-novista. Há espaço para todos, embora o romance social do Nordeste ocupe um lugar de grande proeminência.

A convivência entre diferentes tipos de romance, o relacionamento entre sociologia e literatura, a integração entre presente e passado servem para a construção de uma ideologia marcada por um novo "ufanismo" em que os aspectos nacionais, mesmo os mais pitorescos e folclóricos, são incorporados numa nova visão do Brasil frente ao mundo. Em 1939, Ari Barroso compõe a *Aquarela do Brasil*, deixando às gerações futuras um exemplo marcante desta integração cultural que caracterizou o período.